



Francisco Gaetani

Prefácio

TECNOLOGIA E ESTADO NA ERA DIGITAL

TRANSFORMAÇÃO À LUZ DA ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

13

O livro dedica-se a explorar como o tema da tecnologia e da transformação digital, no contexto da economia digital, vem sendo tratado dentro da perspectiva do Estado, do direito e das políticas públicas. Para tanto, apresenta e problematiza o estado da arte das políticas públicas voltadas para a transformação digital no Brasil, à luz da abordagem Direito e Políticas Públicas. Em segundo, propõe-se a analisar os elementos institucionais e políticos envolvidos no entorno das políticas públicas para a transformação digital no Brasil. Além disso, recorre-se ao estudo comparado da União Europeia e de elementos da teoria do Estado, na medida em que se defende que a reconstrução do Estado no pós-pandemia passa pela necessidade de preparação da sociedade para a transformação digital em curso, à luz da cidadania.

Área específica

DIREITO PÚBLICO

Áreas afins

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO PÚBLICA,
DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO COMPARADO,
DIREITO E TECNOLOGIA.

Palavras-chave

Políticas públicas; transformação digital; reconstrução do Estado; cidadania; abordagem Direito e Políticas Públicas.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 3335

C794t

Cordeiro, Caio Barros

Tecnologia e Estado na era digital: transformação à luz da abordagem direito e políticas públicas / Caio Barros Cordeiro. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, 13).

319p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-722-9

ISBN digital 978-65-5518-683-3

1. Políticas públicas. 2. Transformação digital. 3. Reconstrução do Estado. 4. Cidadania. 5. Abordagem direito e políticas públicas. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CORDEIRO, Caio Barros. *Tecnologia e Estado na era digital: transformação à luz da abordagem direito e políticas públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 319p. ISBN 978-65-5518-722-9. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, 13).

CAIO BARROS CORDEIRO

Advogado e pesquisador em temas relacionados ao Direito, Políticas Públicas e Transformação Digital. Pós-graduado em Teoria Geral do Estado pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador visitante do Centro de Pesquisas em Direito para a transformação digital da Universidade de Hamburgo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	
Maria Paula Dallari Bucci	13
PREFÁCIO	
Francisco Gaetani	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
TECNOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UM PROBLEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	29
1.1 Tecnologia, transformação e economia digitais: aproximações conceituais	29
1.1.1 O que é economia digital?	29
1.1.2 Em busca de conceitos: digitalização, digitização e transformação digital.....	32
1.1.3 Os aspectos tecnológico, social e político da transformação digital ...	34
1.1.4 Breves noções das abordagens sociológicas sobre a tecnologia.....	35
1.1.5 Tecnologia e o Dilema de Collingridge	39
1.2 Transformação digital: como alcançar um objeto em movimento (<i>hit a movement target</i>)?.....	40
1.3 Proposta metodológica para o estudo da transformação digital: a abordagem Direito e Políticas Públicas	43
1.3.1 Desafios da interseccionalidade entre o direito e as políticas públicas	44
1.3.2 Clune e o mapa da área para o direito e as políticas públicas	49
1.3.3 Abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP)	51
CAPÍTULO 2	
SOLUÇÕES NO PLANO INTERNACIONAL: A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO CONTEXTO DE UMA VERDADEIRA AGENDA DIGITAL EUROPEIA.....	57
2.1 Breve contextualização da UE.....	59
2.2 A formação e o desenvolvimento da agenda digital na UE	64
2.2.1 Estratégia de Lisboa.....	64
2.2.2 Agenda Digital para a Europa	65
2.2.3 Estratégia Europeia de Cibersegurança	68
2.2.4 Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa.....	71
2.2.5 A Cimeira de Taline de 2017 e o Mecanismo Interligar a Europa ...	72
2.2.6 Quadro Europeu de Interoperabilidade.....	73
2.2.7 A iniciativa Digitalização da Indústria Europeia (DIE)	75
2.2.8 Regulamento Geral de Proteção de Dados (<i>General Data Protection Regulation – GDPR</i>).....	76
2.3 O mapa da área da atual agenda digital da União Europeia	78
2.3.1 As seis prioridades da Comissão Europeia para o período 2019-2024...78	
2.3.2 Estratégia A Europa <i>preparada para a era digital</i>	80
2.3.3 Programa Europa Digital.....	82
2.3.3.1 Objetivo específico 1: computação de alto desempenho	82
2.3.3.2 Objetivo específico 2: inteligência artificial.....	83
2.3.3.3 Objetivo específico 3: cibersegurança e confiança.....	83
2.3.3.4 Objetivo específico 4: competências digitais avançadas	84
2.3.3.5 Objetivo específico 5: implantação e melhor utilização das capacidades digitais e interoperabilidade.....	84
2.3.4 Polos Europeus de Inovação Digital (<i>Digital Innovation Hubs – DIHs</i>)	85
2.3.5 Bússola Digital ou Guião para a Década Digital (<i>Digital Compass</i>) ...	87
2.3.6 Programa Caminho para a Década Digital.....	89

2.3.7	Direitos e princípios digitais para a Década Digital	91
2.3.8	Estratégia Europeia para os Dados	93
2.3.9	A nova Agenda Europeia de Inovação e o <i>European Innovation Scoreboard</i>	96
2.3.10	Ato de Mercados Digitais (<i>Digital Market Act – DMA</i>) e Ato de Serviços Digitais (<i>Digital Service Act – DSA</i>)	97
2.4	Plano de Recuperação Europeu – <i>NextGenerationEU</i>	100
2.4.1	A crise da COVID-19 e as respostas da UE.....	101
2.4.2	As negociações para aprovação do NGEU	105
2.4.3	O funcionamento do NGEU e as suas prioridades estratégicas: uma Europa resiliente, mais digital e verde	106
2.4.4	Questionamentos e críticas ao NGEU.....	108
2.4.5	Quadro-síntese dos Planos Nacionais para NGEU.....	113
2.5	Índice de Economia e Sociedade Digitais (DESI)	126
2.5.1	Os resultados do DESI do ano de 2022	127
2.5.2	Os extremos da digitalização na Europa: os casos da Finlândia e da Romênia	130
2.6	A pandemia e a Agenda Digital na UE: oportunidade para o fortalecimento do Estado e do direito das políticas públicas.....	134

CAPÍTULO 3

O ESTADO DA ARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO BRASIL

		141
3.1	Antecedentes normativos relacionados à tecnologia e transformação digital no Brasil.....	143
3.2	As principais estratégias e políticas digitais brasileiras: E-Gov e E-Digital.....	156
3.2.1	Governo Digital.....	158
3.2.1.1	A Estratégia de Governo Digital (E-Gov).....	160
3.2.1.2	Lei nº 14.129/21 – Lei do Governo Digital	178
3.2.1.3	Análise crítica do Governo Digital	180
3.2.2	Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital)	185
3.2.2.1	Análise crítica do SinDigital e da E-Digital.....	187
3.3	Demais políticas e estratégias voltadas para a transformação digital no Brasil	191
3.3.1	Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA).....	191
3.3.1.1	Análise crítica da EBIA	193
3.3.2	Política Nacional de Segurança da Informação (PSNI) e Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber).....	195
3.3.2.1	Análise crítica da E-Ciber	196
3.3.3	Estratégia Brasileira para Redes 5G	199
3.3.3.1	Análise crítica da Estratégia Brasileira para o 5G	200
3.3.4	Política Nacional de Inovação e Estratégia Nacional de Inovação...202	
3.3.4.1	Análise crítica da Política Nacional de Inovação e da Estratégia Nacional de Inovação	204
3.3.5	Políticas e planos de ação para Governo Aberto.....	206
3.3.5.1	Análise crítica das políticas e planos de ação para Governo Aberto	208
3.3.6	Plano Nacional de Internet das Coisas e computação em nuvem...209	
3.3.6.1	Análise crítica do Plano Nacional de Internet das Coisas e computação em nuvem.....	210
3.4	Estudo OCDE: o caminho para a era digital no Brasil	213
3.4.1	Quesito acesso	214
3.4.2	Quesito uso	215
3.4.3	Quesito confiança.....	216
3.4.4	Quesito inovação.....	217
3.5	Propostas em curso no Poder Legislativo	218
3.5.1	Projetos de lei para regulação das mídias sociais e plataformas digitais	229

CAPÍTULO 4

NOVO PARADIGMA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO BRASIL: A RECONSTRUÇÃO DO ESTADO À LUZ DA CIDADANIA

233

4.1	Balço analítico: idiosincrasias jurídicas e institucionais e ausência de coordenação das normas e políticas públicas para a transformação digital no Brasil.....	234
-----	--	-----

4.2	A transformação digital como eixo estruturante da reconstrução do Estado social brasileiro	243
4.3	A cidadania como novo fundamento para a transformação digital	246
4.4	Aplicação do Quadro de Problemas de Políticas Públicas	252
4.4.1	Situação-problema	252
4.4.2	Diagnóstico situacional	253
4.4.3	Solução hipotética	255
4.4.4	Contexto normativo.....	259
4.4.4.1	Governo Digital.....	259
4.4.4.2	Transformação Digital.....	260
4.4.4.3	Inteligência Artificial	260
4.4.4.4	Confiança Digital e Cibersegurança (Segurança Digital).....	260
4.4.4.5	Inovação.....	260
4.4.4.6	Políticas de dados e interoperabilidade.....	261
4.4.4.7	Inclusão e letramento digitais	261
4.4.4.8	Regulação de plataformas.....	261
4.4.5	Processo decisório.....	261
4.4.6	Etapa atual do processo decisório	262
4.4.7	Arena institucional.....	262
4.4.7.1	Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	262
4.4.7.2	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	263
4.4.7.3	Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	263
4.4.7.4	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.....	263
4.4.7.5	Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	264
4.4.7.6	Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	264
4.4.7.7	Agência Brasileira de Inteligência (Abin).....	265
4.4.7.8	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	265
4.4.7.9	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).....	265
4.4.7.10	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)	266
4.4.7.11	Secretaria da Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde.....	267
4.4.7.12	Congresso Nacional.....	267
4.4.8	Protagonistas	268
4.4.9	Antagonistas	268
4.4.10	Decisores.....	268
4.4.11	Recursos de barganha.....	268
4.5	Perspectivas para a agenda de transformação digital após as eleições de 2022	269
4.5.1	Poder Executivo federal	269
4.5.2	Congresso Nacional.....	277
	CONCLUSÃO	279
	REFERÊNCIAS.....	289